

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

REQUERIMENTO Nº , DE 2016.

(Da Sra. Luizianne Lins)

Requer à Secretaria de Segurança Pública e Ministério Público do Amazonas informações sobre as denúncias de ameaças de morte sofrida pelas lideranças rurais Silvia Elena, Marilurdes Cunha e Maria Cléia Delgado e solicita medidas protetivas.

JUSTIFICAÇÃO

As conquistas feministas trazem autonomia pessoal para todas as mulheres que historicamente têm seus direitos mais elementares violados, sua vida, liberdade e seu corpo, mas dependendo do lugar que ocupamos na sociedade, nas relações sociais e econômicas, temos maior ou menor potencial de opressão e violência. É preciso conquistar a autonomia, lutar contra as opressões e desigualdades históricas, de caráter econômico, político, cultural, de gênero, orientação sexual, geração, deficiência, raça e etnia.

A violência contra a mulher se manifesta de várias formas e está relacionada com as relações desiguais de poder entre homens e mulheres. No campo a questão se agrava devido a várias especificidades, onde as facetas da violência perpassam também o cotidiano das trabalhadoras, do problema agrário, de acesso, direito e cultivo à terra e preservação das florestas.

Em audiência pública sobre a violência contra as mulheres no campo e na floresta realizada por essa Comissão através do requerimento Nº 030/2015, recebemos a denúncia do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, informando que quatro lideranças comunitárias estão sendo ameaçadas de morte após a criação da Reserva Biológica do Rio Manicoré (município distante 390 quilômetros de Manaus). Segundo a representante do CNS, a denúncia foi oficializada no Ministério Público do Estado do Amazonas.

As vítimas ameaçadas são: Silvia Elena, ex-chefe gestora da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Manicoré e suplente na Secretaria de Mulheres do CNS; Marilurdes Cunha, integrante do Centro das Associações do Rio Manicoré e Maria Cléia Delgado, moradora da comunidade Mucambo. A quarta liderança é Aroldo da Silva, morador da comunidade Terra Preta.

A criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Áreas de Proteção Ambiental são demandas antigas dos povos extrativistas, organizados politicamente.

De acordo com a denúncia, as lideranças não tiveram nenhum tipo de influência direta na criação da reserva, porém estão sendo ameaçadas por fazerem parte dos trabalhos de organização socioeconômica e política na região.

Diante do exposto venho requerer que seja solicitado à Secretaria de Segurança Pública e Ministério Público do Amazonas a apuração das denúncias e as providências cabíveis para garantir a integridade física e moral das exativistas ameaçadas de morte.

Sala da Comissão, em de julho de 2016.

Luizianne Lins
Deputada Federal PT/CE
Relatora